

Sumário

Número de notícias: 17 | Número de veículos: 14

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Bolsonaro pressiona relator a incluir reajuste à segurança em 2022..... 3

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Salário mínimo deve ser de R\$ 1.210 em 2022..... 4

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Congresso muda classificação do Simples..... 6

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Escritórios aceitam criptomoedas para receber honorários..... 8

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Relator corta recursos da RF e põe em risco o Fisco..... 10

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Liberação para 4ª dose..... 11

AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Servidores aposentados têm até dia 31 para fazerem prova de vida..... 12

O GLOBO - ON LINE - RJ - MIRIAM LEITÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

O jovem Boric e os sonhos chilenos..... 13

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

O fundão do escárnio (Editorial)..... 14

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Auxílio Brasil torna a Cidadania o ministério com mais recursos..... 15

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Refis pode ser incluído em MP de débito fiscal..... 16

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Nova lei pode levar comércio eletrônico ao Judiciário..... 18

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Salário mínimo pode perder para inflação..... 20

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
ECONOMIA

Ceia recheada de inflação..... 23

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Brasil deve completar 16 anos com crescimento abaixo da média mundial..... 25

Terça-Feira, 21 de Dezembro de 2021

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Bolsonaro briga por 45 mil policiais enquanto 1 mi não têm reajuste há 5 anos..... 28

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

PEC propõe redefinir teto a cada quatro anos..... 31

Bolsonaro pressiona relator a incluir reajuste à segurança em 2022

IANDER PORCELLA DANIEL WETERMAN BRASÍLIA

O presidente Jair Bolsonaro entrou em campo para pressionar o Congresso a incluir o reajuste a policiais federais no Orçamento.

O relator-geral do Orçamento de 2022, Hugo Leal (PSD-RJ), informou, em uma reunião fechada, que recebeu uma ligação do presidente pedindo a inclusão da despesa.

A votação da peça orçamentária foi adiada para hoje.

No parecer apresentado ontem, Leal rejeitou o pedido do governo para incluir no Orçamento uma previsão de reajuste às categorias de segurança, base de apoio do presidente.

Na semana passada, o Ministério da Economia, de Paulo Guedes, cedeu à pressão de Bolsonaro e enviou ofício ao Congresso pedindo R\$ 2,86 bilhões para os servidores.

Guedes disse na sexta-feira que R\$ 2 bilhões são para os reajustes aos policiais e o restante para mais duas categorias que ele não diria quais são porque "senão todo mundo vai querer". Além dos policiais, há pressão para reajuste aos agentes comunitários de saúde e aos auditores da **Receita Federal**.

Reservadamente, parlamentares à frente das articulações do Orçamento reclamam da postura do Ministério da Economia por não indicar de onde tirar recursos em meio à pressão de Bolsonaro. A presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), senadora Rose de Freitas (MDB-ES), descartou a possibilidade de adiar a votação para 2022.

FUNDÃO NA MIRA. Diante da pressão pelo reajuste a policiais, a CMO ainda discute se vai ceder à pressão de Bolsonaro e de onde vai cortar recursos.

Integrantes da comissão avisaram nos bastidores que a prioridade será garantir o aumento na remuneração dos agentes comunitários de saúde, com impacto de R\$ 1,8 bilhão nas contas no próximo ano. O reajuste dos policiais e de outras categorias dependerá de cortes. A redução no fundo eleitoral de R\$ 5,1 bilhões entrou no radar, mas enfrenta uma artilharia encabeçada pelo Centrão da Câmara, que insiste

nesse valor.

"Tudo está na mesa", disse Rose, após uma reunião na tarde de ontem no Ministério da Economia sobre a realocação de verba. "Nós temos de fechar primeiro a educação, olhar a saúde como um todo, não pode faltar nada na saúde", afirmou a presidente da Comissão, ao ser questionada sobre o reajuste salarial a servidores.

"Quando você fala em reajustar, não é uma categoria, são várias. Esse assunto não foi ainda tratado."

-

Relatório prevê mínimo de R\$ 1.210 em 2022, de novo sem ganho real

O relator-geral do Orçamento de 2022, deputado Hugo Leal (PSD-RJ), aumentou de R\$ 1.169 para R\$ 1.210 a previsão para o salário mínimo em 2022, considerando as estimativas para a variação nominal da **inflação**.

Seria o terceiro ano seguido sem reajuste real. Atualmente, o mínimo é de R\$ 1.100.

Desde que o governo apresentou ao Congresso a proposta para a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a estimativa para a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (utilizado para a correção tanto do mínimo quanto de benefícios previdenciários) neste ano passou de 6,20% para 10,04%. Em seu parecer, o relator considerou uma alta de 10,18%.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Salário mínimo deve ser de R\$ 1.210 em 2022



JULIA LINDINER E MANOEL VENTURA

Relator do Orçamento de 2022, o deputado Hugo Leal (PSD-RJ) apresentou ontem uma nova versão do parecer, prevendo agora que o salário mínimo passará dos atuais R\$ 1.100 para R\$ 1.210 no próximo ano, sem ganho real. O texto seria apreciado pela Comissão Mista de Orçamento (CMO) e, depois, em plenário do Congresso, mas a deliberação foi adiada para hoje por falta de acordo.

O cálculo do salário mínimo é estipulado com base no índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), estimado pelo relator em 10,18%. O percentual exato, no entanto, só será divulgado em janeiro, com o valor de 2021. O INPC também corrige os valores dos benefícios do **INSS** acima do mínimo. O piso nacional será estipulado numa medida provisória (MP) que deve ser editada pelo presidente Jair Bolsonaro até o dia 31.

O relatório apresentado pelo deputado não inclui no Orçamento de 2022 a proposta do reajuste salarial para policiais desejado por Bolsonaro. Os parlamentares querem que o governo aponte onde serão feitos os cortes para bancar um aumento estimado em R\$ 2,8 bilhões em 2022.

Na semana passada, o ministro da Economia, Paulo Guedes, enviou um ofício ao relator pedindo que ele reserve esse valor com o objetivo de conceder reajustes salariais. O texto de Guedes, porém, não aponta de onde esse dinheiro deveria sair.

A presidente da CMO, senadora Rose de Freitas

(MDB-ES), deixou clara a insatisfação do Congresso com a falta de uma proposta concreta do governo para o reajuste: -Eles têm de dizer de onde sai o que eles estão propondo. O que eles não fizeram.

Bolsonaro ligou para Leal ontem pedindo a inclusão do reajuste, mas não há uma sinalização de que isso realmente será feito. O presidente deseja aumentar os salários de carreiras da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, do Departamento Penitenciário Nacional e do Ministério da Justiça.

RISCO PARA A RECEITA O relatório ainda corta recursos do Ministério da Economia, e coloca em risco a gestão dos sistemas da **Receita Federal**, como os softwares ligados à arrecadação e a gestão do Imposto de Renda. Os cortes nos recursos da **Receita Federal** preocupam integrantes do órgão, que alertam para os riscos de paralisação dos sistemas do Fisco.

A proposta original do governo previa um total de R\$ 1,311 bilhão para a gestão das soluções informatizadas da **Receita Federal**. Esse valor foi reduzido para R\$ 636 milhões. Ou seja, um corte de R\$ 675 milhões.

O relator considera um espaço de R\$ 116 bilhões aberto por causa da PEC dos Precatórios, a proposta aprovada pelo Congresso que limita o pagamento de despesas judiciais e altera o teto de gastos (a regra que trava o crescimento das despesas da União).

O governo previa um espaço de R\$ 106 bilhões, considerando uma **inflação** de 9,7% neste ano. O relator, porém, passou a usar um índice de 10,18%, o que elevou o impacto da PEC.

O dinheiro será usado principalmente para o Auxílio Brasil de R\$ 400, novo Bolsa Família e principal bandeira eleitoral de Bolsonaro para 2022. O relatório estabelece um gasto total de R\$ 89 bilhões para o programa.

"Cumprе ressaltar que esse espaço orçamentário permitiu a alocação das dotações necessárias para viabilizar a ampliação do Programa Auxílio Brasil, que poderá beneficiar cerca de 17,9 milhões de famílias brasileiras em situação de pobreza e de extrema pobreza, além de aportes adicionais para as áreas de saúde, previdência e assistência social", diz o texto.

Outra preocupação entre os técnicos da Economia é que houve cortes de despesas discricionárias de alguns ministérios para direcioná-las às emendas de relator e a outras emendas parlamentares. As despesas discricionárias são controladas pelo ministro da área, enquanto as emendas são comandadas pelo Congresso.

EMENDAS DE RELATOR: R\$ 16 BI As emendas de relator somam R\$ 16,5 bilhões e as demais emendas parlamentares, R\$ 21 bilhões. Ou seja, o total sob o comando do Congresso chega a R\$ 37,5 bilhões.

As emendas de relator são usadas para negociações políticas, já que não há critérios objetivos de distribuição. Um parlamentar pode receber mais que o outro, o que não ocorre com as emendas impositivas (que são divididas igualmente).

O problema dessa equação, para os técnicos, é que algumas despesas próprias do governo, como a manutenção da máquina pública, ficam sob o controle de parlamentares.

O relator, por outro lado, manteve os recursos destinados para o Censo Demográfico de 2022 em R\$ 2,2 bilhões, valor apontado pelo IBGE como suficiente.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Congresso muda classificação do Simples



Afif: "Simples não é renúncia fiscal e sim um regime próprio de tributação"

Lu Aiko Otta e Renan Truffi De Brasília

Considerado pela **Receita Federal** como a maior renúncia tributária, o Simples Nacional não pode mais ser classificado dessa forma. Foi o que decidiu o Congresso Nacional na sexta-feira, ao derrubar um veto do presidente Jair Bolsonaro a um dispositivo da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que proibia classificar o programa dessa forma.

Paradoxalmente, a derrota do veto presidencial foi comemorada por parte do governo. "Depois de muitos anos de luta em que defendemos a tese que o Simples não é uma renúncia fiscal e sim um regime próprio de tributação, conseguimos vencer as resistências", disse ao Valor o assessor especial do Ministério da Economia Guilherme Afif Domingos, ex-presidente do Sebrae e um dos criadores do Simples.

As renúncias tributárias, que são programas nos quais o governo deixa de cobrar **impostos** sobre determinados setores, estão na mira do governo para uma revisão que as reduza. Segundo dados da **Receita Federal**, elas somarão R\$ 348,3 bilhões em 2022.

Desse montante, o Simples Nacional responde por R\$ 76,6 bilhões. Mas agora, pela decisão do Congresso, deverá sair dessa conta. O dispositivo "ressuscitado" na LDO diz que não se trata de renúncia, e sim de regime diferenciado.

Determina também que uma lei complementar estabelecerá as normas tributárias, especialmente sobre o tratamento diferenciado e favorecido que a Constituição manda dar às microempresas e empresas de pequeno porte.

O veto era motivo de embate nos bastidores do Ministério da Economia, como mostrou o Valor no dia 25 de novembro. Enquanto a Receita defendia o veto, Afif trabalhava para derrubá-lo.

A justificativa do veto é o argumento da **Receita Federal**: trata-se de uma renúncia tributária porque constitui vantagem para um setor e não para outros.

O ex-presidente do Sebrae não estava sozinho na sua posição. O próprio ministro da Economia, Paulo Guedes, comentou em uma live que havia sido aconselhado a acabar com o Simples, pois envolvia um subsídio de R\$ 70 bilhões. "Não é um subsídio", disse. "Se você acabar com o Simples, esse subsídio desaparece. As empresas desaparecem, porque não vão sobreviver nesse ambiente hostil." Para o ministro, não se trata de subsídio, e sim de "uma questão de sobrevivência." Esse mesmo argumento é usado por Afif. Ele também questiona a estimativa da renúncia, pois ela considera o que as micro e pequenas empresas do Simples recolheriam se estivessem no regime de tributação pelo lucro presumido. É uma hipótese pouco plausível, avalia.

Afif argumenta também que o Simples decorre de uma determinação constitucional de atribuir tratamento diferenciado às micro e pequenas empresas. "Determinação constitucional não é opção, e renúncia é um ato voluntário", argumenta. O dispositivo está na Carta por uma sugestão sua, quando foi deputado constituinte.

A lei que permite aos caminhoneiros se tornarem microempreendedores individuais (MEIs) também tem um ponto de potencial conflito entre a Receita e os defensores das micro e pequenas empresas. Há nela um artigo que altera a composição do Comitê Gestor do Simples Nacional, para incluir um representante do Sebrae e outro das confederações representativas das microempresas. Hoje, esse colegiado é composto apenas por fiscais. Aprovada no Congresso, essa legislação aguarda sanção pelo presidente Jair Bolsonaro.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/1

87097

Escritórios aceitam criptomoedas para receber honorários



Advogado Gustavo Viseu: "Alguns clientes consultaram sobre a possibilidade"

Gilmara Santos De São Paulo

Com a popularização das criptomoedas entre investidores, empresas dos mais diversos setores já aceitam a moeda digital como meio de pagamento por produtos e serviços. Recentemente, ela começou a ser adotada também para a quitação de honorários advocatícios.

De acordo com Rodrigo Monteiro, diretor executivo da AB-Cripto (Associação Brasileira de Criptoconomia), o número de investidores no Brasil saltou mais de 540% em menos de dois anos. "Em dezembro de 2019, tínhamos 94 mil pessoas físicas investindo em moedas virtuais. Em dezembro do ano passado, eram 202 mil e em abril deste ano, último dado disponível, 607 mil."

Entre os escritórios que passaram a aceitar o ativo está o Viseu Advogados. "Alguns clientes consultaram sobre a possibilidade de pagar honorários com criptomoedas e começamos a nos preparar para isso", explica o advogado Gustavo Viseu. O primeiro pagamento está programado para janeiro e será feito por uma empresa para quitação de honorários por serviços prestados pela área societária da banca.

Para garantir o recebimento, o Viseu fechou parceria com a Foxbit, corretora brasileira de criptomoedas. Os clientes vão pagarem criptomoedas para a Foxbit, a

corretora converte os criptoativos e paga a banca em reais. "Poderíamos ficar com o criptoativo, mas optamos pela conversão", diz Viseu. Ter uma corretora neste processo pode contribuir na verificação da idoneidade dos recursos recebidos, já que a exchange também tem o papel de checar a origem de quem está transferindo o criptoavito.

Desde o início do ano passado, o Chenut Oliveira Santiago começou a discutir a aceitação de honorários em criptoativos. O advogado João Vítor Stussi Velloso de Andrade, sócio da banca, afirma que resolveram aceitar criptomoedas pelos serviços, desde que sejam lastreadas em ativo real da economia. "Já tivemos um primeiro pagamento dessa maneira", diz.

Apesar de ainda não ter recebido demanda dos clientes, para o acerto em criptoativos, o advogado Luciano Feijó Lopes, do escritório Feijó Lopes Advogados, decidiu se antecipar. "Estamos nos preparando para esse tipo de pagamento em um futuro próximo", diz o profissional.

O escritório Benício Advogados disse já ter investido muitos recursos para poder proporcionar aos clientes a utilização, de forma legal e transparente, deste tipo de plataforma. "Inclusive para o recebimento de honorários advocatícios", afirma Carlos Alberto Guimarães.

Embora não aceite criptomoedas como forma de pagamento, o escritório Tozzini Freire diz acreditar que o tema é bastante promissor. A banca avalia de forma cuidadosa a possibilidade de receber este tipo de ativo como pagamento no futuro.

"Isso dependerá em grande medida das discussões legais e regulatórias que estão acontecendo no Brasil e no mundo. Principalmente diante das incertezas que existem com relação ao posicionamento do Legislativo e de órgãos reguladores", diz o advogado Alexei Bonamin.

Bonamin afirma que, enquanto o Banco Central não concluir os estudos da criação do real digital e permanecerem as incertezas relacionadas quanto à legislação, o Tozzini Freire não deverá aceitar pagamentos em criptoativos. Vale destacar que o Plenário da Câmara dos Deputados aprovou, no dia 8, o parecer ao projeto de lei que pretende regular este

tipo de ativo no Brasil (PL nº 2.303/15). O texto define criptomoedas como ativos virtuais que podem, entre outras funções, ser usados para a realização de pagamentos.

Uma das maiores preocupações dos advogados, assim como dos investidores, é em relação à identificação da origem dos recursos. "O Schneider, Pugliese, aceita pagamento em criptomoeda desde que haja total identificação da carteira de onde provém o ativo, que deve ser de titularidade do contratante do serviço do escritório", diz o advogado e sócio Cassio Sztokfisz.

O presidente da Comissão Especial de Criptomoedas e Blockchains da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) nacional, Antonio Eduardo Gonçalves de Rueda, destaca que, atualmente, não existe restrição ao uso desses ativos para o pagamento de honorários. Afirma que tanto as instruções normativas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) quanto a legislação institucional ética balizar da atividade da advocacia (Código de Ética da OAB) não tratam sobre o tema em específico.

"O fato é que como "bem intangível" deve ser salvaguardada em uma operação de avenças com extremo cuidado, sendo imprescindível que as partes que transacionem escolham as melhores plataformas de compensação possíveis e criptomoedas, de preferência, avalizadas em produtos tangíveis", diz Rueda.

Segundo ele, a comissão especial da OAB entende que, inexistindo vedação legal, não se verifica obstáculo ao recebimento de honorários em criptoativos.

Ainda que em início de uso no mercado jurídico, o assunto criptomoedas já chegou ao Tribunal de Ética e Disciplina da seccional paulista da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SP). Em 2015, a la Turma do tribunal entendeu que não é antiético aceitar o pagamento de honorários com a moeda virtual bitcoin, contanto que ela não seja considerada ilegal pelos órgãos competentes.

À época, o escritório Cots Advogados, especializado em direito digital, fez a consulta à seccional paulista depois de clientes oferecerem a moeda virtual como forma de pagamento.

Um dos principais temores dos governos de países que aceitam a circulação de criptomoedas é o uso da moeda digital para a lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo. No Brasil, desde 2019, corretoras, pessoas jurídicas em geral e pessoas físicas passaram a ter que declarar mensalmente à

Receita Federal dados sobre operações realizadas com criptoativos.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187097?page=1§ion=1

Relator corta recursos da RF e põe em risco o Fisco

Manoel Ventura AGÊNCIA GLOBO

O relatório da proposta do Orçamento de 2022, apresentado nesta segunda-feira pelo deputado Hugo Leal (PSD-RJ), corta recursos do Ministério da Economia, e coloca em risco a gestão dos sistemas da **Receita Federal**, como os softwares ligados à arrecadação e a gestão do Imposto de Renda.

A votação do relatório, prevista para esta segunda-feira na Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso, foi adiada. Os cortes nos recursos da **Receita Federal** preocupam integrantes do órgão, que alertam para os riscos de paralisação dos sistemas do Fisco. A proposta original do governo previa um total de R\$ 1,311 bilhão para a gestão das soluções informatizadas da **Receita Federal**. Esse valor foi reduzido para R\$ 636 milhões. Ou seja, um corte de R\$ 675 milhões.

O relator ainda considera um espaço de R\$ 116 bilhões aberto por conta da PEC dos Precatórios, a proposta aprovada pelo Congresso que limita o pagamento de despesas judiciais e altera o teto de gastos (a regra que trava o crescimento das despesas da União).

O governo previa um espaço de R\$ 106 bilhões, considerando uma **inflação** de 9,7% neste ano. O relator, porém, passou a usar um índice de 10,18%, o que elevou o impacto da PEC. O dinheiro será destinado para o Auxílio Brasil de R\$ 400 e para outras despesas revidenciárias e para a saúde.

Site: <https://dol.com.br/digital/Page?editionId=1965>

Liberação para 4ª dose

A proposta do Orçamento de 2022 apresentada pelo relator, o deputado federal Hugo Leal (PSD-RJ) ainda tem projeções de crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) bastante otimistas, de 2,1%, enquanto a mediana das estimativas do mercado aponta expansão de 0,5%.

O substitutivo do relator prevê um deficit primário de R\$ 79,3 bilhões para os orçamentos fiscal e da **seguridade social**, "aquém, portanto, da meta fiscal determinada na Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO)", que permite um rombo nas contas públicas de até R\$ 170,5 bilhões.

Contudo, devido à aprovação da PEC dos Precatórios, que alterou a metodologia de correção do teto de gastos, passando a considerar o Índice de janeiro a dezembro em vez da variação de julho a junho do ano anterior, a correção do teto de gastos da União aplicável ao exercício financeiro de 2022 passou de R\$ 1.610,0 bilhão para R\$ 1.679,5 bilhões, "considerando-se projeção do IPCA de 10,18%, segundo o relatório do PLOA de 2022. O texto ainda considera como "valor máximo" para a programação para as despesas sujeitas ao teto de R\$ 1.665,7 bilhão.

A folga fiscal estimada pelo governo com a aprovação da PEC dos Precatórios, de R\$ 106,1 bilhões, foi ampliada pelo relator para R\$ 113,1 bilhões para o Orçamento de 2022. Desse montante, R\$ 54,4 bilhões serão destinados para o Auxílio Brasil, que será somado aos R\$ 34,7 bilhões previstos para o Bolsa Família que constavam no Ploa enviado pelo Executivo.

Investimentos Pelas estimativas da Instituição Fiscal Independente (IFI), dependendado de como a **inflação** encerrar o ano, a sobra dessa folga poderá variar entre R\$ 35 bilhões e R\$ 36 bilhões.

O texto do relator ainda prevê R\$ 5,1 bilhões para o Fundão eleitoral e não deixa espaço para os R\$ 2,8 bilhões previstos para o reajuste para os policiais prometido pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) e que foi solicitado pelo Ministério da Economia, por meio de ofício.

A previsão de investimentos foi mantida em R\$ 96,5 bilhões e a estimativa para o deficit da **Previdência Social** é de R\$ 237,1 bilhões, valor 39,6% superior ao saldo negativo estimado na proposta do Executivo. (RH)

Servidores aposentados têm até dia 31 para fazerem prova de vida

Publicado em 21/12/2021 - 08:44 Por
Wellton Máximo - Repórter da Agência Brasil - Brasília

Aposentados e pensionistas do Poder Executivo Federal e anistiados políticos que não fizeram a prova de vida de janeiro de 2020 a setembro de 2021 devem ficar atentos ao prazo para realizar o procedimento e assim evitar que o benefício seja suspenso. Para esse grupo, a prova de vida deve ser feita até o próximo dia 31.

A prova de vida pode ser feita por meio do comparecimento do beneficiário em uma agência do banco onde recebe o pagamento, munido de documento de identificação com foto. No último dia do ano, só será possível fazer o processo digitalmente porque as agências bancárias estarão fechadas ao público.

A prova de vida digital está disponível para cidadãos com a biometria cadastrada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ou no Departamento Nacional de Trânsito (Denatran). Basta instalar o aplicativo GOV.BR no celular e validar o cadastro por meio do reconhecimento facial.

O fornecimento do comprovante da prova de vida e o acompanhamento da situação podem ser feitos por meio de outro aplicativo, o SouGOV.BR, desenvolvido exclusivamente para servidores ativos, aposentados e pensionistas da Administração Pública Federal. Esse aplicativo também envia notificações para lembrar o servidor público inativo sobre o prazo para realizar o procedimento.

Por causa da pandemia de covid-19, a prova de vida para os servidores inativos e os anistiados políticos ficou suspensa entre janeiro de 2020 e setembro de 2021. O procedimento voltou a ser exigido a partir de outubro deste ano, para os nascidos em novembro e em dezembro.

Para os aposentados e pensionistas do setor privado, que recebem pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), a prova de vida só voltará a ser obrigatória em janeiro de 2022. Segundo o **INSS**, cerca de 3,3 milhões de pessoas podem ter o benefício suspenso se não regularizarem a situação no próximo ano.

Para os segurados da iniciativa privada, a prova de

vida pode ser realizada nas agências do **INSS**, na agência do banco onde o segurado recebe seu pagamento ou por meio do aplicativo Meu **INSS**. Assim como no caso dos **servidores públicos**, a prova de vida digital também exige o cadastro da biometria facial cadastrada nos sistemas do Denatran ou do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

As pessoas acima de 80 anos ou com dificuldade de locomoção podem pedir a prova de vida no domicílio do segurado. Nesse caso, é necessário agendar um horário através da central 135 ou do aplicativo Meu **INSS**.

Site: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-12/servidores-aposentados-tem-ate-dia-31-para-fazerem-prova-de-vida>

O jovem Boric e os sonhos chilenos

Miriam Leitão

O presidente eleito do Chile, Gabriel Boric, ouvia música durante a campanha, nem que fosse meia hora, de madrugada, porque, como disse, "precisa de música". Gostaria de morar no centro da cidade, perto do La Moneda, mas não no Palácio. Não tem carro e gosta de andar de metrô. Durante a campanha, que ele definiu como "de uma intensidade que não se alcança quando se começa", Boric conseguiu um tempo, no disputado segundo turno, para ver dois episódios da série "Get Back", sobre os Beatles. Sua namorada, Irina, não gosta do papel de "primeira dama", e prefere continuar liderando a Frente Feminista. Esses fatos foram narrados em entrevista a jornalistas da TV Nacional, 72 horas antes da eleição que o consagrou vencedor. No domingo, ele pulou uma mureta de proteção para chegar mais rápido ao palco ondealaria para a multidão, que o aguardava gritando "Justiça, verdade, não à impunidade".

Os sinais da juventude são uma lufada de ar fresco na política chilena, que precisava muito de renovação. Mas a grande questão que se coloca agora é como o jovem roqueiro, que começou como líder estudantil, poderá entregar os sonhos que estimulou. Ele sabe dessa dificuldade tanto que disse no discurso de vitória: "os tempos não serão fáceis diante das consequências sociais, econômicas e sanitárias da pior pandemia da história".

Com vibrante retórica, Boric passou por todos os pontos da campanha. Falou da defesa das mulheres, do feminismo, da diversidade de orientação sexual, dos povos originários, do meio ambiente, da liberdade de imprensa, da justiça social e da democracia. "Desestabilizar as instituições democráticas é o caminho mais curto para o abuso".

Ao derrotar o candidato José Antonio Kast, que defendeu a ditadura de Pinochet, e que mimetizava em muitos pontos os discursos de Bolsonaro e Donald Trump, Gabriel Boric já fez muito. Colocou o Chile de volta às pautas da atualidade. Ao falar em idioma indígena, no início do discurso, e se dirigir a "todos os povos que habitam essa terra que chamamos Chile" ele estava reforçando a visão cultural múltipla que é a que se deve ter na era da diversidade.

O mercado chinelo ontem reagiu mal. A bolsa abriu em queda e chegou a 6,18%, o dólar teve a mais forte alta desde a crise de 2008. O curioso é que não existe banco hoje no mundo que não brade que aderiu aos

princípios ESG. Eles foram todos defendidos por Boric. Quando fala de inclusão, ele está atendendo ao "S" de social, ao focar a questão climática ele está atendendo ao "E" de meio ambiente (environment), e quando afirma que negociar com outros grupos políticos é "uma obrigação e uma oportunidade", Boric está atendendo ao "G" de governance.

Sobre contas públicas, ele disse que vai "ampliar os direitos sociais com responsabilidade fiscal, cuidando da macroeconomia para que não se tenha que retroceder". Na verdade, a economia chilena já está em dificuldades, pelo aumento de gastos, pela alta da **inflação** - ainda que o índice seja mais baixo que o brasileiro - e pela previsão de reduzido crescimento em 2022. Corrigir isso será difícil. E seria também se o candidato vencedor tivesse sido o da direita. José Antonio Kast disse na campanha, entre outras mentiras, que a ditadura de Pinochet realizava "eleições democráticas". O mercado acha mais confiável um defensor de ditadura do que um reformista de esquerda.

Será difícil governar o Chile, porque Boric não terá maioria, porque o país está num processo constituinte, porque ele tem entre suas prioridades uma **reforma tributária** que elevará os **impostos** sobre os mais ricos. O Chile tem uma carga tributária baixa. Boric quer também uma previdência pública, e isso significa mudar o controverso sistema privatizado de previdência, implantado no governo Pinochet, que já provocou muitas distorções.

O fato mais notável nos últimos dois dias é a maneira civilizada que se deu o processo político chileno. Kast reconheceu a derrota, e foi visitar o comitê de campanha do vencedor. Boric agradeceu a todos os contendores, inclusive Kast. O presidente Sebastian Piñera já se reuniu ontem com o presidente eleito e disse que o consultará sobre algumas decisões a serem tomadas até 11 de março, quando ele assumirã como o mais jovem presidente chileno.

Site: <https://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/post/o-jovem-boric-e-os-sonhos-chilenos.html>

O fundão do escárnio (Editorial)

Correio Braziliense

No discurso, em público, eles aparecem sempre em lados opostos. Cada um numa extremidade do espectro político. Mas quando se trata de legislar em causa própria, ambos agem em sintonia e com igual desdém pelos cidadãos que dizem defender. Foi assim na última sexta-feira, quando parlamentares do Centrão e do PT se uniram para derrubar veto presidencial e destinar R\$ 5,7 bilhões dos cofres públicos à campanha eleitoral de 2022. E o povo? "O povo que se exploda", como diria o deputado Justo Veríssimo, personagem criado pelo genial Chico Anysio. Síntese perfeita do comportamento típico de certos políticos brasileiros.

Na prática, o fundão bilionário coloca o Brasil no topo mundial do uso de dinheiro público destinado a financiamento de campanhas políticas, conforme estudo do Movimento Transparência Partidária, com base em dados de 25 das principais nações do mundo. E veja o absurdo da situação: os R\$ 5,7 bilhões são recursos arrancados do bolso de todos nós. Em média, os brasileiros trabalham quase seis meses por ano apenas para pagar tributos e engordar os cofres públicos. Ou seja: esse dinheiro custou-nos um esforço tremendo. E poderia ter destinação mais nobre: a educação, a saúde e, por que não?, para matar a fome de milhões de famílias que, descobriu-se em meio à pandemia, estão à margem de qualquer programa social. Em vez disso, vai bancar a campanha eleitoral mais cara da história do país.

Agora, adivinhe quem são os políticos que mais devem se beneficiar com a farra às custas do dinheiro que pertence ao povo brasileiro? Sim, são eles, os extremos, à direita e à esquerda, que polarizam as intenções de voto, hoje, segundo institutos de pesquisa. De um lado, Bolsonaro e o Centrão. De outro, Lula e o PT. E o surreal é que tanto a campanha de Bolsonaro quanto a de Lula devem apresentar um e outro, na eleição, como "o pai dos pobres". Um devido ao Auxílio Brasil. O outro, ao Bolsa Família. Contudo, na hora do ataque aos recursos do erário, tanto a turma do Centrão quanto a do PT agiram com um descaramento de dar inveja a Justo Veríssimo.

De fato, política, no Brasil, não é para amadores. O veto presidencial reduzia o Fundo Eleitoral a R\$ 2,1 bilhões. Mas, ao que tudo indica, o óbice à gastança inédita era só jogo de cena. Afinal, na hora da votação na Câmara, dos 50 deputados do PL, partido de Bolsonaro, apenas dois não se posicionaram a favor

da derrubada. No PT, de Lula, 49 dos 51 parlamentares mandaram o veto para o espaço. No final, o placar na Casa ficou em 317 a 146. Entre os partidos em que a maioria se opôs ao fundão estão Podemos, Cidadania, Rede, Novo, PSol, PSL e PSDB, apesar de o líder da bancada tucana ter orientado o voto a favor da gastança exorbitante. No Senado, não foi diferente: o placar ficou em 53 a 21.

Em suma, além do imenso desgaste à imagem do Congresso Nacional, há, ainda, o risco de os R\$ 5,7 bilhões que bancarão a farra eleitoral sem precedentes de 2022 fazerem falta em outra frente: a do combate ao coronavírus. Afinal, o mundo enfrenta a pior crise sanitária de todos os tempos. E o mais grave: diante de um cenário de incertezas, com as variantes delta e ômicron provocando muito medo mundo afora. Nos Estados Unidos e em países da Europa e da Ásia, os casos de infecções, internações graves e mortes por covid-19 voltaram a aumentar. E muitos governos anunciaram medidas duras, como lockdowns e restrições à entrada de estrangeiros, para tentar conter a escalada das novas cepas.

No Brasil, onde a pandemia já provocou mais de 20,2 milhões de casos e cerca de 618 mil mortes por covid-19, a delta, felizmente, não teve o mesmo impacto devastador observado em outros países. Quanto à ômicron, nos casos de infecções detectadas até agora, as pessoas sentiram apenas sintomas leves. Mas como se trata de uma variante altamente contagiosa e da qual ainda se sabe muito pouco, cientistas recomendam cautela. O recado foi seguido pela maioria das capitais brasileiras, onde as festas oficiais de réveillon acabaram suspensas. No Congresso, no entanto, sobrou oportunismo e faltou bom senso aos políticos que avalizaram o fundão.

Auxílio Brasil torna a Cidadania o ministério com mais recursos

DIDA SAMPAIO/ESTADÃO-11/11/2021



Pasta de João Roma terá mais verba do que Saúde e Educação

O Auxílio Brasil fará o Ministério da Cidadania ter o maior orçamento da Esplanada dos Ministérios em 2022. Serão R\$ 173,6 bilhões para a pasta, conforme relatório apresentado ontem pelo deputado Hugo Leal (PSD-RJ). A votação foi adiada para hoje, e parlamentares ainda discutem ajustes na peça orçamentária.

O Auxílio Brasil, com um benefício médio de R\$ 415, foi lançado pelo governo do presidente Jair Bolsonaro em substituição ao Bolsa Família. O programa terá uma verba total de R\$ 89,9 bilhões.

No governo, o benefício é tratado como estratégico para Bolsonaro no ano que vem, período em que o chefe do Planalto tentará a reeleição. No Congresso Nacional, a avaliação é de que o auxílio dará um fôlego eleitoral para Bolsonaro, mas com efeito limitado devido à inflação.

O orçamento da pasta, comandada pelo ministro João Roma (Republicanos), ficará maior do que o do Ministério da Saúde (R\$ 160,6 bilhões) e o da Educação (R\$ 137 bilhões).

A comparação desconsidera as verbas vinculadas ao Ministério do Trabalho e Previdência (R\$ 889,4 bilhões), que são carimbadas para os benefícios previdenciários (aposentadorias e pensões), uma fatia obrigatória que compromete a maior parte do

Orçamento da União.

FOLGA NO TETO.

Após a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Precatórios, o relatório do Orçamento no Congresso incorporou uma folga fiscal de R\$ 113 bilhões no teto de gastos em 2022. Além do Auxílio Brasil, o parecer reajustou os benefícios previdenciários em R\$ 27,5 bilhões, já que são atrelados ao salário mínimo, que, por sua vez, é corrigido pela inflação fechada do ano.

O relatório driblou os "carimbos" impostos pela PEC e garantiu R\$ 16,5 bilhões em emendas do orçamento secreto.

Além disso, o relator destinou R\$ 1,9 bilhão para o programa do vale-gás. O benefício será concedido a cada dois meses e corresponde a uma parcela de no mínimo 50% da média do preço nacional de referência do botijão de 13 kg do gás de cozinha.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Refis pode ser incluído em MP de débito fiscal

**ADRIANA FERNANDES GUILHERME PIMENTA BRÁSILIA
I THAÍS BARCELLOS**

Pressão Governo quer negociar dívidas caso a caso, enquanto empresários preferem norma mais geral

O governo prepara uma medida provisória (MP) para melhorar o instrumento de transação tributária para as empresas - quando há uma negociação direta e individual com perdão de algumas dívidas -, mas líderes do Congresso e setores empresariais pressionam para que a medida seja ampla e inclua um novo programa de parcelamento de débitos tributários, o Refis.

O novo programa também beneficiaria pessoas físicas ao abranger **tributos** como o Imposto de Renda e parcelas atrasadas do eSocial, plataforma de registro de obrigações trabalhistas e tributárias.

Na semana passada, a Câmara não conseguiu concluir a votação do Refis e deixou a votação do projeto para 2022. Como mostrou o Estadão, as críticas das empresas foram generalizadas porque as micro e pequenas conseguiram o Refis numa votação rápida, enquanto as médias e grandes, além das pessoas físicas, ficaram sem um programa.

Uma articulação se intensificou para incluir o Refis na MP, o que permitiria abrir o prazo de adesão acelerando o processo para a votação na volta do recesso parlamentar, em fevereiro.

O mecanismo de transação, apelidado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, de "passaporte tributário", permite a renegociação direta com o governo, mas as regras variam caso a caso. Já o Refis tem regras para todas as empresas e pessoas físicas.

A discussão da MP ainda está em aberto, sem uma posição final da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) sobre o alcance da ampliação do "passaporte tributário".

REJEIÇÃO.

A equipe econômica resiste a um Refis robusto, tendo em vista o impacto fiscal, superior a R\$ 90 bilhões, levando-se em conta as condições colocadas pela Câmara.

Os técnicos dizem acreditar que mudanças na lei de transação tributária são mais bem "direcionadas" aos contribuintes mais afetados pela pandemia e avaliam que o programa até agosto foi um "sucesso". Há espaço para aperfeiçoamentos com regras mais vantajosas. Uma forma de desestimular a aprovação de um novo Refis.

O relator do projeto do Refis na Câmara, deputado André Fufuca (PP-MA), disse ao Estadão que, se houver MP, terá de vir com o Refis. "Os empresários querem o Refis. O sistema de transação é bem mais complexo do que o Refis. O Refis qualquer um pode participar.

Transação, não. É a PGFN quem escolhe quem participa." Para o relator, a edição da MP seria importante pela urgência que um novo programa requer diante da necessidade das empresas. "É uma matéria que envolve o Brasil inteiro.

São milhares de empresários e pessoas físicas e jurídicas que precisam do Refis", ponderou ele, acrescentando que a cobrança tem sido grande a todos os parlamentares.

Hoje, existem três modalidades de transação tributária: por proposta individual do contribuinte, na cobrança de créditos que já foram inscritos na dívida ativa da União; por adesão, nos casos de disputa tributária de grande valor; e judicial ou administrativa ou em litígios de pequeno valor, somente judiciais.

O projeto do Refis, que não foi votado, acrescenta regras mais vantajosas à transação tributária como o prazo, que hoje poderia ser ampliado de 8 para 10 anos.

Mercado vê **inflação** fora do teto e **PIB** estagnado em 2022

A maioria das projeções apuradas no Relatório Focus para o IPCA de 2022 continua a apontar para o segundo ano consecutivo de rompimento da meta de **inflação** a ser perseguida pelo Banco Central (BC).

A projeção subiu de 5,02% para 5,03%, ante um teto de 5% no ano que vem.

Há um mês, a previsão era de 4,96%. Os dados coletados pelo BC com uma centena de economistas do mercado financeiro foram divulgados ontem.

Já em relação ao **PIB**, o mercado manteve a previsão de alta de 0,50% - depois de ter começado 2021 com uma projeção de crescimento de 2,5% no ano que vem. Na contramão do mercado, o Ministério da Economia ainda fala em alta acima de 2%.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Nova lei pode levar comércio eletrônico ao Judiciário



Rafael Ristow: "Vamos entrar com mandados de segurança preventivos"

Joice Bacelo Do Rio

A aprovação do projeto de lei complementar que regulamenta o Diferencial de Alíquotas de ICMS (Difal) para o comércio eletrônico, ontem no Congresso Nacional, pode provocar uma corrida de contribuintes ao Judiciário neste fim de ano. Isso porque alguns governadores consideram não interromper as cobranças em janeiro.

Os Estados corriam o risco de perder R\$ 9,8 bilhões por ano em arrecadação. Para não ter nenhum problema com os contribuintes, no entanto, a aprovação da lei deveria ter ocorrido até o mês de setembro.

Especialistas em tributação dizem que há necessidade de no-ventena. Esse período consta na Constituição Federal e está previsto no próprio projeto de lei - PL 32/2021 - aprovado no Congresso. A nova lei entrará em vigor somente 90 dias depois de sancionada pelo presidente da República e publicada no Diário Oficial da União (DOU).

Para alguns Estados, contudo, a publicação da lei - esperada para os próximos dias - já seria suficiente para atender a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). Os ministros estabeleceram que, a partir de 2022, só será possível exigir o Difal se houver lei complementar federal autorizando.

Os advogados discordam. Afirmam que os contribuintes estão livres dessa cobrança nos primeiros meses do ano e se preparam para ingressar com ações judiciais.

"Vamos entrar com mandados de segurança preventivos assim que essa lei for publicada, para que os nossos clientes não sejam obrigados a pagar esses valores enquanto não tiver a validade da noventena", diz Rafael Ristow, sócio do Bonaccorso, Cavalcante, Oliveira e Ristow Advogados.

O Difal é usado para dividir a arrecadação do comércio eletrônico entre o Estado de origem da empresa e o do consumidor. Uma varejista estabelecida em São Paulo, por exemplo, que vende mercadorias para um consumidor residente no Ceará, precisa recolher a alíquota interestadual de ICMS à Fazenda paulista e o Difal para o Fisco cearense.

O ICMS interestadual tem alíquota de 7% e 12% (dependendo do Estado). Para contabilizar o Difal, utiliza-se como base de cálculo o imposto cobrado pelo Estado de destino da mercadoria. Se é de 18%, por exemplo, reduz-se os 7% ou 12% recolhidos na origem, e paga-se a diferença -11% ou 6% - ao Estado de destino.

Essa cobrança vinha sendo realizada por meio de normas estaduais, com base na Emenda Constitucional n- 87, de 2015. Foi contestada no Judiciário por grandes empresas do varejo.

As companhias alegavam que essa emenda pressupõe a edição de lei complementar para dispor das normas gerais do Difal e, por esse motivo, os Estados não poderiam fazer as cobranças por conta própria.

Os ministros do Supremo Tribunal Federal compraram essa versão. Eles decidiram contra a cobrança do Difal em fevereiro e confirmaram o entendimento em julgamento concluído sexta-feira no Plenário Virtual da Corte. Voltaram ao tema por meio do recurso de embargos de declaração.

Já em fevereiro, no entanto, haviam optado por modular os efeitos da decisão. Os Estados ficariam impedidos de cobrar o imposto a partir de 2022

somente e se, até lá, não fosse editada a lei complementar federal.

Essa modulação de efeitos não atinge, porém, as empresas do Simples Nacional, nem os contribuintes que entraram com ações judiciais para discutir a cobrança até o dia do julgamento de mérito - 24 de fevereiro. Assim, esse grupo não precisou recolher o imposto ao longo deste ano e ainda pode cobrar o ressarcimento do que pagou aos Estados no passado.

O Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda, Finanças, Receita e Tributação dos Estados e Distrito Federal (Comsefaz) não tem ainda uma definição de como será o comportamento dos Estados no ano que vem.

O Valor apurou, no entanto, que existem governadores que consideram não ser necessária a noventena e, por esse motivo, não pretendem interromper as cobranças do Difal em janeiro. Eles dizem que o artigo 150 da Constituição Federal, que estabelece o prazo de 90 dias, refere-se à instituição ou aumento de **tributos** - o que não seria o caso em questão.

Mas, para advogados de contribuintes, além da noventena, existe um outro requisito que tem de ser cumprido pelos Estados. "Será necessária a edição de novas leis estaduais, com fundamento na nova lei complementar, para regulamentar a cobrança", diz o tributarista Pedro Demartini, do escritório Souto Corrêa Advogados.

Ele cita que já existem projetos de lei nesse sentido no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. São Paulo optou por um modelo inédito: publicou legislação sobre o tema na semana passada, ou seja, antes mesmo de a Lei Complementar ser aprovada no Congresso.

Trata-se de Lei n- 17.470. Felipe Dalla Torre, do Peixoto Cury Advogados, chama a atenção que essa legislação está prevista para entrar em vigor em 90 dias da sua publicação (14 de março de 2022). Ocorre que como a lei federal ainda não foi publicada, o prazo dado por São Paulo será mais curto do que deveria.

"Deveriam alterar essa lei ou até mesmo revogar. Na minha opinião seria mais correto editar outra lei estadual após a publicação da lei complementar federal", afirma. "Todo esse cenário de incerteza de datas gera insegurança para as empresas".

A Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo foi procurada pelo Valor e informou, em nota, que apesar de lei já existir, a cobrança do Difal não é automática. "Somente após eventual sanção presidencial (e conhecimento de possíveis vetos), será possível avaliar a situação e verificar os demais

aspectos envolvidos, de forma a garantir segurança jurídica tanto ao Fisco quanto aos contribuintes", diz. (Colaboraram Renan Truffi e Marcelo Ribeiro, de Brasília)

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187097?page=1§ion=1

Salário mínimo pode perder para inflação

ROSANA HESSEL

O substitutivo do relatório do Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) de 2022 apresentado pelo relator, o deputado Hugo Leal (PSD-RJ), prevê um salário mínimo de R\$ 1.212. Esse valor considera uma correção no salário mínimo de 10,18%, proposta pelo parlamentar no documento enviado à Comissão Mista de Orçamento (CMO), que deve apreciar a matéria nesta terça-feira.

Apesar de a taxa prevista pelo parlamentar estar acima da nova estimativa para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) da Secretaria de Política Econômica (SPE), do Ministério da Economia, de 10,04%, ela deve ficar abaixo da variação integral do indicador que corrige o piso salarial em 2021, de acordo com estimativas de analistas. Logo, o trabalhador corre o risco de ver o salário mínimo sendo corrigido abaixo da **inflação** pelo segundo ano consecutivo.

O INPC mede a **inflação** para as famílias mais pobres, com renda de até cinco salários mínimos mensais. Em 2020, o INPC registrou alta de 5,45%, mas a correção do salário mínimo ficou em 5,26%, deixando o piso R\$ 2 abaixo do valor com correção integral da **inflação**. Enquanto isso, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede o custo de vida para as famílias com renda acima de cinco salários mínimos, registrou alta de 4,52% em 2020.

Na proposta original do Ploa, a estimativa do INPC estava em 6,20%, e passou para 10,04% após a atualização da SPE no 5º relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas do Ministério da Economia. Considerando essa correção, o salário mínimo passaria de R\$ 1.169 para R\$ 1.200. As estimativas de analistas ouvidos pelo Correio para o INPC deste ano são maiores e variaram de 10,2% a cerca de 11%.

"Como sabemos, o salário mínimo é corrigido pelo INPC até dezembro (do ano anterior). Em 2020, quando ficou evidente a diferença entre a variação real e a projetada, o governo corrigiu o valor do salário mínimo, mas não fez o mesmo em 2021", lamentou o especialista em contas públicas Gil Castello Branco, fundador e secretário-geral da Associação Contas Abertas.

Pelas estimativas do economista Fabio Romão, da LCA Consultores, o INPC deverá encerrar 2021 com

alta de 10,2%, levemente acima da alta de 10,1% prevista por ele para o IPCA. O economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), Carlos Thadeu de Freitas Gomes, prevê que o INPC deverá encerrar 2021 com alta "perto de 11%".

De acordo com o economista André Braz, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), as variações do INPC e do IPCA deste ano devem ficar mais próximas por conta da disseminação da **inflação** pela economia. "A **inflação** está sendo mais igual e mais democrática para todo mundo em 2021 do que em 2020. Devido ao espalhamento da **inflação**, o INPC deste ano deverá ficar mais próximo do IPCA. No ano passado, como a alta dos preços estava mais concentrada nos alimentos, a alta do INPC foi maior do que a do IPCA", explicou. Braz prevê aumentos neste ano de 10,5%, no INPC, e de 10,2%, no IPCA.

Considerando, por exemplo, 11% de correção para o INPC, o valor do salário mínimo deveria ser de R\$ 1.221, ou seja, R\$ 9 a mais sobre o valor atual proposto pelo relator. Com base nessa mesma variação do INPC, o teto das aposentadorias pagas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), passaria dos atuais R\$ 6.433,57 para R\$ 7.141,26.

O salário mínimo deixou de ter aumento acima da **inflação** desde o ano passado. De 2007 a 2019, o piso salarial era corrigido pela regra que considerava a variação do INPC mais a taxa do Produto Interno Bruto (**PIB**) de dois anos antes. Conforme dados do Ministério da Economia que constam no balanço de riscos fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), cada R\$ 1 de aumento no salário mínimo gera um incremento de R\$ 356,9 milhões ao ano nas despesas do governo. Logo, ao não conceder os R\$ 2 de compensação pela diferença da correção do ajuste pelo INPC integral de 2020, o governo economizou R\$ 731,8 milhões no Orçamento deste ano.

Resta saber se essa prática será a mesma para 2022. No primeiro ano de mandato, o governo Jair Bolsonaro (PL) corrigiu a diferença e garantiu, pelo menos, a correção pela **inflação** por meio de um decreto adicional e o novo valor passou a valer a partir de fevereiro de 2020.

De acordo com a especialista em direito trabalhista Ana Claudia Nascimento Gomes, professora da Pontifícia Universidade de Católica de Minas Gerais

(PUC-Minas) e procuradora do trabalho no Ministério Público do Trabalho (MPT), o fato de a correção do salário mínimo não ter mais correção acima da **inflação** é preocupante, porque está indo na contramão dos princípios básicos de garantir o mínimo de sobrevivência dos cidadãos e garantir a função social e as finalidades constitucionais, inclusive, os previstos nas convenções direitos humanos e na convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

"A falta de correção (do SM), pelo menos pela **inflação**, vai contra os princípios da Convenção 131 da OIT", alertou citando que o acordo que o país aderiu e prevê que os elementos tomados em consideração para determinar o nível do salário mínimo "apropriado", deverão atender às necessidades básicas "dos trabalhadores e de suas famílias".

Desigualdade social

A especialista lembrou que o valor justo para o salário mínimo atual no Brasil está muito abaixo do necessário para a sobrevivência digna. Conforme levantamento do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o valor do piso salarial para uma família de quatro pessoas poder viver dignamente é de R\$ 5.969,17.

A procuradora, contudo, ressaltou que o Supremo Tribunal Federal (STF) tem um entendimento bastante conservador sobre o reajuste do salário mínimo, e existe uma jurisprudência antiga em acatar a correção nominal do piso ? medida que foi importante para o sucesso do Plano Real no controle da **inflação**. Para ela, com a **inflação** voltando para os dois dígitos, uma reavaliação dessa questão precisará ocorrer, para evitar um aumento maior da desigualdade no país, que é crescente após a pandemia da covid-19 e colocou o Brasil de volta no mapa da fome.

"Não podemos fazer com que o salário mínimo seja mais um motivo de desigualdade. A maioria que recebe o piso é mais pobre e não está entre as famílias que devem receber o Auxílio Brasil", alertou a professora da PUC Minas. "Temos uma jurisprudência do STF muito parcimoniosa e que precisa ser provocada em defesa dos direitos humanos e do combate à pobreza e à desigualdade. Esse debate precisa ser estimulado para corrigir as perdas dos trabalhadores de baixa renda que acabam tendo que absorver um impacto maior da **inflação** do que a população de renda mais alta", defendeu. "É a tese de repercussão geral do STF sobre a eficácia paralisante de legislação interna incompatível com os tratados de direitos humanos ratificados, como é o caso da convenção 131 da OIT", reforçou.

Novo piso

Conforme o substitutivo do relator do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), o salário mínimo deverá ir para R\$ 1.212, mas a correção ainda poderá ficar abaixo do INPC integral pelo segundo ano consecutivo

Principais parâmetros do PLOA de 2022

Indicador	PLOA 2022	5º relatório de avaliação/SPE*
Varição real do PIB 2021 (%)	5,30	5,10
Varição real do PIB 2022 (%)	2,1	2,10
PIB Nominal 2021(R\$ bi)	8.636,3	8.665,7
PIB Nominal 2022 (R\$ bi)	9.397,4	9.539,0
IPCA 2021 acum. no ano (%)	5,90	9,70
IPCA 2022 acum. no ano (%)	4,70	5,02
INPC 2021 acum. no ano (%)	6,20	10,04
INPC 2022 acum. no ano (%)	3,42	4,25
Salário mínimo 2022 (R\$)	1.169	1.212**

*Última revisão da Secretaria de Política Econômica (SPE), do Ministério da Economia, prevista no 5º Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas da pasta.

**Dado considerando o reajuste de 10,18% previsto no substitutivo do relator, deputado Hugo Leal (PSD-RJ).

Evolução do salário mínimo

Veja a evolução dos últimos reajustes do piso salarial

Período	Salário mínimo R\$	Reajuste nominal	INPC	Varição real
Jan/10	510,00	9,68	3,45	6,02
Jan/11	545,00	6,86	6,47	0,37
Jan/12	622,00	14,13	6,08	7,59
Jan/13	678,00	9,00	6,20	2,64
Jan/14	724,00	6,78	5,56	1,16
Jan/15	788,00	8,84	6,23	2,46
Jan/16	880,00	11,68	11,28	0,36
Jan/17	937,00	6,48	6,58	-0,10
Jan/18	954,00	1,81	2,07	-0,25
Jan/19	998,00	4,61	3,43	1,14
Jan/20	1.039,00	4,11	4,48	-0,36
Fev/20	1.045,00	0,58	0,19	0,38
Jan/21	1.100,00	5,26	5,54	-0,27
Jan/22	1.112,00	10,18	11,00*	-0,81

*estimativa de analistas considerando INPC perto de 11%



R\$ 5.969,17

Valor do salário mínimo necessário para anteder as necessidades básicas de uma família brasileira com quatro pessoas, conforme Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos realizada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese)

Fontes: PLOA 2022, Dieese e analistas

Ceia recheada de inflação



Com grandes variações entre o Natal passado e este, consumidor precisa ficar atento e pesquisar preços para escapar dos aumentos generalizados

Natasha Werneck

Então é Natal e a ceia deste ano veio recheada de aumentos nos preços. Um levantamento feito pelo site Mercado Mineiro, entre os dias 14 a 17 de dezembro, em relação a 2020, aponta que o bolso do consumidor pode sentir um crescimento no valor dos produtos de até 74%. A pesquisa também comparou os valores entre supermercados e lojas do Mercado Central de Belo Horizonte e apontou variações de até 238%.

O quilo de bacalhau do Porto pode ser encontrado de R\$ 113,19 a R\$ 194, uma variação de 71% e o do bacalhau Saith de R\$ 49,80 a R\$ 84,90, uma diferença de 70%. O quilo do Pernil com osso pode custar de R\$ 14,99 a R\$ 26,99, uma variação de 80%. O quilo do lombo suíno custando de R\$ 16,95 a R\$ 29,90, uma diferença de 76%. O quilo do Peru Sadia vai de R\$22,98 a R\$ 25,95, diferença de 13%.

Nas frutas há variações de 238%, como aconteceu no quilo do pêssego nacional que pode custar de R\$ 4,99 a até R\$ 16,90. O quilo da pera, custando de R\$ 9,99 até R\$ 19,99, tem uma variação de 100%. O quilo da maçã fuji está custando de R\$ 3,98 a até R\$ 9,90, uma variação de 148%. O quilo da ameixa importada custa de R\$ 15,00 a R\$ 26,99, uma variação de 80%.

Nas frutas cristalizadas tivemos variações de 111% no quilo, custando de R\$ 11,80 a R\$ 24,90. O quilo da ameixa seca com caroço, de R\$ 42 a R\$ 59,80, uma variação de 42%. O quilo de amêndoas laminadas, de R\$ 89,90 a R\$ 142, uma variação de 58%. As nozes com casaca custando de R\$ 32,90 até R\$ 49,90, tem variação de 51%. O quilo do damasco seco custando de R\$ 58,90 a R\$ 99,90, registra variação de 70%. O quilo de uva passas custando de R\$ 18,80 até R\$ 26,90, uma variação de 43%.

Outro item tradicional nas festas de fim de ano, o Panetone Bauducco de 500g pode ser comprado por

preços que vão de R\$ 19,98 a R\$ 24,99, uma variação de 25%. O panetone de fabricação própria, de R\$ 6,98 a R\$ 10,90, uma variação de 56%. O Panetone Visconti de 400g tem variação de 29%, custando de R\$ 15,49 a R\$ 19,99. A caixa de bombom Lacta 250g tem variação de 25%, custando de R\$ 9,49 a R\$ 11,89. "Essa diferença se dá principalmente pela qualidade entre os produtos pesquisados, segundo o economista e coordenador do Mercado Mineiro, Feliciano Abreu.

MAIS CAROS Na comparação entre os preços médios de dezembro de 2020 e os praticados este mês, o maior aumento foi registrado no valor do quilo do damasco seco, que subiu de R\$ 47,74 para R\$ 83,48, um aumento de 74%. O quilo da ameixa seca com caroço subiu 43%, entre dezembro do ano passado, quando o preço médio era de R\$ 33,98 passando para R\$ 48,60 agora. O quilo de castanha do Pará inteira subiu de R\$ 71,66 para R\$ 100,84, um aumento de 40,72%. Com reajustes menores, mas ainda acima da **inflação**, o quilo das nozes sem casca subiu de R\$ 91,84 para R\$ 107,44, um aumento de 17%, enquanto o quilo das tâmaras sem caroço acelerou 18%, passando de R\$ 38,99 para R\$ 46,06.

O quilo do bacalhau do porto subiu de R\$ 114,10 para R\$ 155,15, registrando aumento de 36%, enquanto o quilo do tipo Saith subiu 26%, passando de R\$ 54,57 para R\$ 69,03. O quilo do lombo suíno subiu de R\$ 21,80 para R\$ 24,35, com alta de 11,70%. O quilo do peru Perdígão passou de R\$ 20,98 para R\$ 23,12, aumento de 10,18%. O Panetone Bauducco ficou 23% mais caro em relação da dezembro de 2020, quando o preço médio era de R\$ 17,99 para R\$ 22,13 este mês. O Panetone Nestlé Alpino de 500g subiu de R\$ 21,99 para R\$ 29,58, um aumento de 34%. Já a caixa de bombom Lacta 250g subiu de R\$ 9,42 para R\$ 10,43, alta de 10,70%.

DICAS Feliciano Abreu dá dicas para o consumidor que quer economizar na ceia deste ano. "A feira esse ano saiu mais cara, a gente tem que pensar, através da pesquisa, em uma opção melhor. Ficar de olho porque a gente vai ter grandes oportunidades de ofertas", destacou. Algumas pessoas ficam em dúvida se é mais em conta comprar a granel ou o produto já embalado. "Se for uma loja respeitada, como algumas no Mercado Central, vale a pena. Se não for, é melhor comprar no supermercado que vem embalado no plástico que tem a garantia de procedência dos produtos. Não adianta comprar o produto e não estar adequado para o consumo", respondeu o economista.

Além disso, a ceia do Réveillon também pode sair mais barata quando passar o Natal. "Essa semana é quando a gente faz as compras mesmo. Mas para a ceia de Réveillon muita gente quer queimar o estoque em virtude do momento. Ninguém quer ficar com muito bacalhau, por exemplo, e outros produtos típicos que se vendem muito mais agora do que em qualquer outra época do ano. Acho que é o momento do consumidor ficar muito atento, ter muito cuidado e fazer planejamento", recomendou.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/21/12/2021/p1>

Brasil deve completar 16 anos com crescimento abaixo da média mundial

Eduardo Cucolo são paulo

A economia brasileira deve completar pelo menos 16 anos de crescimento abaixo da média mundial, período que teve início no governo Dilma Rousseff e pode se estender até o final do próximo mandato presidencial.

É o que mostra levantamento com dados e projeções do FMI (Fundo Monetário Internacional) e da pesquisa Focas do Banco Central feito a pedido da Folha e que complementa um estudo, dos economistas Marcel Grillo Balassiano e Samuel Pessoa, divulgado pelo FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas).

Desde 2011, o país vive uma combinação de períodos de recessão, estagnação e baixo crescimento, com números distantes daquilo que é visto no nível global.

Também se destacam no período ações de governo para desmontar políticas de controle de gastos, com reflexos no câmbio e na **inflação**, problemas vividos também atualmente.

O **PIB** (Produto Interno Bruto) brasileiro cresceu 1,4 ponto percentual abaixo da média global desde 1987, período estudado pelos pesquisadores.

Na média, o país cresceu 2% ao ano, enquanto o mundo avançou a um ritmo de 3,4%.

Essa defasagem foi revertida apenas em alguns anos dos governos Itamar Franco, FHC e Lula.

Considerando a média nos oito anos de cada gestão, o Brasil cresceu abaixo do ritmo mundial mesmo nos governos do tucano e do petista.

No atual governo, a diferença deverá ficar negativa em 2 pontos percentuais.

Apesar de a pandemia ter atingido todas as economias, o Brasil teve retração maior que a média global em 2020 e deverá crescer menos que o mundo em 2021 e 2022.

Essa diferença na gestão atual será superada apenas pela do período Dilma-**Temer** (2011-2018), quando o **PIB** cresceu 2,9 pontos por ano, em média, abaixo do

mundial.

No próximo governo (2023-2026), a diferença deve voltar à média de 1,4 ponto ao ano, desde que o Brasil consiga reto mar o ritmo de crescimento de cerca de 2% ao ano.

Os dois economistas também desenvolveram um modelo para estimar qual deveria ter sido o crescimento de um dos principais indicadores de riqueza da população, o **PIB** per capita, com base em diversos índices econômicos que mostravam, por exemplo, os ventos favoráveis da economia global e fundamentos domésticos.

O estudo "Desempenho da Economia Brasileira nos Últimos Oito Quadriênios (1987-2018)" mostra que o indicador cresceu a partir de 2011 abaixo da tendência indicada, algo que não acontecia desde a implantação do Plano Real, com uma situação que se agravou na recessão de 2014-2016.

Para chegar ao resultado, foram construídos dois modelos econômicos com diversos indicadores, testados também com dados de 37 e 67 países, respectivamente, para esses 32 anos.

O modelo consegue explicar os resultados do indicador para essa amostra de países na maior parte do tempo, com poucas exceções. Uma delas está no período que vai do final da crise de 2008/2009 até a recessão de 2014-2016.

De 2011 a 2018, por exemplo, o **PIB** per capita em dólar, considerando o conceito de **poder de paridade**, deveria ter crescido 0,8% ao ano, mas registrou retração anual de 0,2%.

Ou seja, indicadores como **PIB** mundial, variação dos termos de troca -aumento ou queda de preços das exportações brasileiras em relação às importações-, diferença de juros com os EUA, juros reais e taxas de investimento e consumo do governo indicavam uma tendência positiva, segundo o modelo.

De acordo com os economistas, um dos principais debates na economia brasileira foi sobre os motivos da desaceleração do crescimento brasileiro desde então, sendo que uma parte (menor) dos analistas atribui o resultado principalmente a fatores externos ou fora do

controle do governo.

Entre eles, o fim do boom de commodities da década anterior, que teria piorado os termos de troca (esse fator foi considerado no modelo de Pessôa e Balassiano), a Operação Lava Jato, crises políticas e problemas hídricos em meados da década passada.

"Outra parte (majoritária) interpretava que fatores internos foram os principais motivos, sobretudo relacionados com a chamada "Nova Matriz Econômica", diz o estudo.

A "Nova Matriz" do governo petista pretendia substituir o tripé formado por metas de **inflação**, superávit primário das contas públicas e câmbio flutuante por uma política econômica mais intervencionista.

Para eles, houve um descolamento entre a economia brasileira e a economia mundial no biênio 2015-2016 e um "gap" entre o que os modelos indicavam que deveria ter acontecido e o que realmente aconteceu.

Essa diferença não foi encontrada em outros períodos estimados pelos modelos, "reforçando a visão de que a fraqueza da atividade econômica foi fruto, em grande medida, de fatores específicos da nossa economia, e não de fatores externos", dizem os autores.

Essas questões também foram apontadas em outros trabalhos de Samuel Pessôa, que é pesquisador do Ibre e colunista da Folha, e Marcel Balassiano, atualmente subsecretário de Desenvolvimento Econômico e Inovação da prefeitura do Rio de Janeiro e pesquisador licenciado do Ibre. O estudo foi elaborado antes de o economista assumir o cargo público.

Pessôa afirma que o modelo funciona surpreendentemente bem para explicar o crescimento na maior parte do tempo nesses 37 países, mas não consegue explicar o que ocorreu a partir de 2009 no Brasil.

"A minha interpretação é que vínhamos testando os limites da capacidade de crescimento já no segundo mandato do Lula. E continuamos a fazer isso com mais intensidade nos primeiros anos do governo Dilma", diz o pesquisador.

"Você tentou dar um passo maior do que as pernas, forçou o sistema a crescer além do que ele poderia, construiu desequilíbrios. A grande crise brasileira é fruto desses desequilíbrios."

Como o modelo considera períodos de oito anos e dados já verificados, não foram realizados cálculos para a tendência do **PIB** per capita em dólares a partir

de -2019.

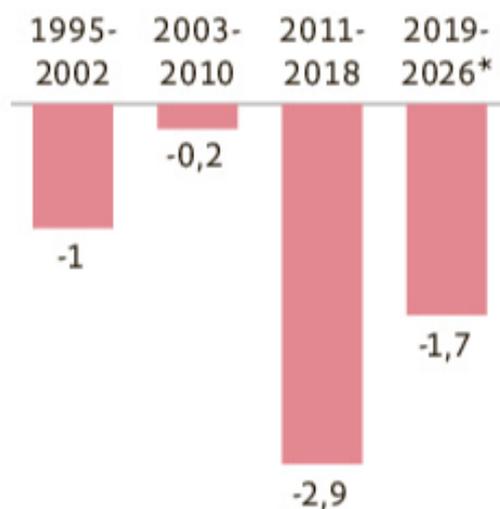
Dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e projeções do mercado mostram que o indicador em reais deverá continuar abaixo do pico de 2013 nos próximos anos.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49766&anchor=6447514&pd=c8c075623a568d342dfe4ca46a319058>

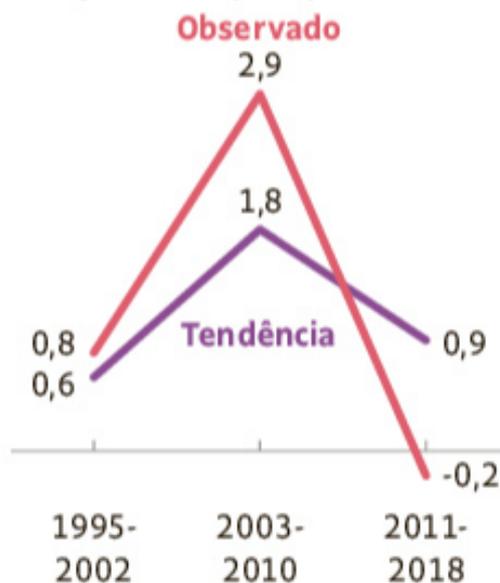
Diferença entre o crescimento do PIB do Brasil e do PIB mundial

Em pontos percentuais



Recessão de 2014-16 foi provocada mais por fatores internos do que externos

Variação % do PIB per capita em PPP.US\$



*Para 2021 a 2026, projeções do FMI para o mundo e do Boletim Focus para o Brasil

Fontes: FMI, Banco Central e Desempenho da Economia Brasileira nos Últimos Oito Quadriênios (1987-2018), por Marcel Grillo Balassiano e Samuel Pessoa (FGV Ibre)

Bolsonaro briga por 45 mil policiais enquanto 1 mi não têm reajuste há 5 anos

Idiana Tomazelli e Fábio Pupo Brasília

Enquanto o presidente Jair Bolsonaro (PL) promete reajuste salarial a policiais federais, cerca de um milhão de servidores ativos, aposentados e pensionistas estão com a remuneração congelada há cinco anos.

A última parcela de aumento para esse grupo foi concedida em 1º de janeiro de 2017.

São servidores de órgãos como Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), Funai (Fundação Nacional do Índio), Abin (Agência Brasileira de Inteligência), além de carreiras médicas e ligadas à Previdência.

O dado foi levantado pelo Ministério da Economia a pedido da Folha. As categorias desse grupo tiveram um aumento médio de 10,8%, parcelado em dois anos (2016 e 2017).

Outros 253 mil servidores tiveram o último reajuste aplicado em 1º de janeiro de 2019. Foi a quarta parcela de um aumento total médio de 27,9%. É nesse segundo grupo que estão a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal.

Juntas, as duas corporações têm 45,3 mil servidores ativos e inativos, segundo dados do Painel Estatístico de Pessoal do Ministério da Economia.

O relator-geral do Orçamento, deputado Hugo Leal (PSD-RJ), ignorou o pedido do ministro Paulo Guedes (Economia) para reservar R\$ 2,5 bilhões à concessão de reajuste para as corporações policiais. A solicitação atendia a uma determinação de Bolsonaro.

Mesmo assim, o presidente segue determinado a conceder a benesse a essas categorias, que compõem sua base de apoio.

Recentemente, os policiais vinham se queixando de não terem recebido benefícios durante o governo Bolsonaro, ao contrário dos militares.

O tratamento diferenciado desperta a indignação das categorias preteridas, que também são as que estão

na base da pirâmide dos salários.

"É lamentável que queiram fazer essa seletividade. Não somos contra o reajuste, mas não é justo que façam isso para um setor e deixem os demais no limbo", disse Sérgio Ronaldo da Silva, secretário-geral da Condsef (Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal).

Ele destacou que, do início de 2017 até novembro de 2021, a **inflação** medida pelo IPCA (índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) já subiu 27,22%. Enquanto isso, as categorias não tiveram nenhum tipo de reposição.

"São as carreiras com menor salário da administração pública. É esse [grupo] que está sendo o mais penalizado", afirmou Silva.

Na PF, a remuneração de um agente vai de R\$ 12.522,50 a R\$ 18.651,79 por mês. Os delegados, por sua vez, ganham de R\$ 23.692,74 a R\$ 30.936,91. Na PRF, os vencimentos vão de R\$ 9.899,88 a R\$ 16.552,34 mensais.

A pirâmide salarial do Executivo federal, porém, mostra que 4,72% dos servidores ativos recebem até R\$3.000 mensais. Outros 23,54% ganham entre R\$ 3.000 e R\$ 6.000.

Entre inativos, a proporção nessas faixas é ainda maior. Ao todo, quatro em cada dez aposentados do Executivo federal recebem até R\$ 6.000 ao mês.

Os agentes do Depen (Departamento Penitenciário Nacional) são os únicos agraciados por Bolsonaro que estão no grupo com salários congelados há mais tempo, desde 2017. A remuneração da categoria hoje vai de R\$5.572,23 a R\$ 10.357,30.

"Se o relator [do Orçamento] tiver de acatar, que seja para todos. Não de forma seletiva, como estão querendo fazer, segregando o funcionalismo", disse o secretário da Condsef.

A recusa de Leal em incluir a despesa com reajuste de policiais no Orçamento foi fundamentada em uma nota técnica de consultores do Congresso.

O texto apontou como obstáculos a inexistência de um

projeto de lei em tramitação, como exigido pela LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), e a necessidade de cancelar outras despesas para compensar o gasto extra.

A questão do projeto de lei pode ser resolvida mais facilmente, na avaliação de técnicos da área econômica. A compensação é considerada mais difícil porque o Congresso destinou R\$ 16,5 bilhões às chamadas emendas de relator e ampliou o fundo eleitoral a R\$ 5,1 bilhões.

As emendas de relator são o instrumento usado para turbinar os recursos que aliados do governo podem direcionar a seus redutos eleitorais. Elas viraram moeda de troca em negociações políticas no Congresso.

São diferentes das emendas impositivas individuais e de bancada, que também somam cerca de R\$ 16 bilhões, mas são distribuídas de forma proporcional entre os congressistas.

Uma reunião entre integrantes da equipe econômica e da CMO (Comissão Mista de Orçamento) ocorreu na tarde desta segunda (20) para tentar encontrar uma solução ao impasse dos reajustes. A presidente da CMO, senadora Rose de Freitas (MDB-ES), disse após o encontro que não há recursos para os aumentos e reclamou de o governo não ter indicado uma compensação orçamentária para a iniciativa.

"Esse impasse que eles colocam sempre para o Congresso fica também para eles. Eles têm de dizer de onde sai tudo aquilo que eles estão propondo. E não fizeram", afirmou.

Apesar disso, a senadora não chegou a descartar os reajustes, dizendo que tudo ainda está em aberto e pode mudar até as 9h15 de terça-feira (21). A votação está prevista para as 10h. "Não vou dizer que fica assim. A palavra final é quando você faz as contas".

Leal disse que hoje não há recursos para reajustes. Mas também não descartou que sejam previstos valores para reajustes até a aprovação do texto.

Embora tenha assinado o ofício solicitando a reserva orçamentária para os reajustes, Guedes se mostrou contrariado com a medida e disse, na sexta-feira (17), ser contra aumentos generalizados.

"Se todos tiverem esses aumentos, é uma desonra com as futuras gerações. Aí a **inflação** vai voltar, vamos mergulhar em um passado tenebroso, vamos nos endividar em bola de neve. Nosso papel é assegurar que isso não aconteça", afirmou o ministro.

Bolsonaro chegou a prometer uma correção geral nos salários de servidores federais. No entanto, até agora a única categoria que recebeu um aceno concreto de Bolsonaro foi a dos policiais.

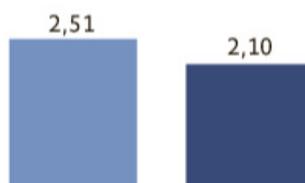
Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49766&anchor=6447514&pd=c8c075623a568d342dfe4ca46a319058>

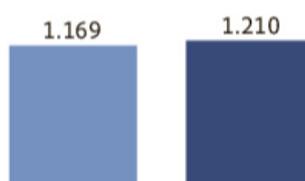
Principais números do Orçamento de 2022

- Como era o projeto do governo
- Como ficou no relatório do deputado Hugo Leal

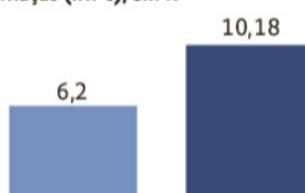
PIB, em %



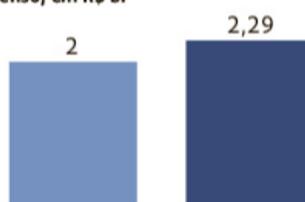
Salário mínimo, em R\$



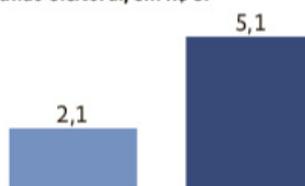
Inflação (INPC), em %



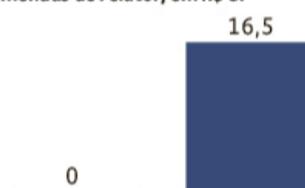
Censo, em R\$ bi



Fundo eleitoral, em R\$ bi



Emendas de relator, em R\$ bi



Fonte: Relatório do Orçamento de 2022

PEC propõe redefinir teto a cada quatro anos

I.I.P., D.W. E ADRIANA FERNANDES

Reação Equipe econômica vê risco de instabilidade fiscal com nova proposta de mudança do teto

No aniversário de cinco anos do teto de gastos, o relator-geral do Orçamento de 2022, deputado Hugo Leal (PSD-RJ), apresentou uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para redefinir a regra que atrela o crescimento das despesas à **inflação** a cada quatro anos.

Hoje, o teto de gastos é visto como a principal norma que garante a sustentabilidade das contas públicas, chamada tecnicamente de âncora fiscal. A regra foi aprovada no governo do ex-presidente Michel **Temer**, e sua revisão já está programada para 2026, dez anos depois de entrar em vigor.

Segundo a procuradora do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo, Élide Graziane, o teto de gastos já teve cinco alterações nos cinco anos de existência (completados no último dia 15). A última foi na PEC dos Precatórios, quando o índice usado para a correção passou a considerar a variação da **inflação** acumulada no ano anterior.

Pela proposta do relator do Orçamento, a redefinição do mecanismo poderia ser feita por meio de lei complementar, a cada quatro anos, coincidindo com o primeiro ano do mandato presidencial.

A equipe econômica é contra a sugestão do relator.

Para o comando do Ministério da Economia, uma nova PEC do teto de gastos é "horrrível" e criaria insegurança quanto à principal âncora fiscal, já que a revisão poderia ser feita por lei complementar - que precisa de um quórum menor para ser aprovada em relação à mudança na Constituição.

De acordo com o coordenador do Observatório Fiscal do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas, Manoel Pires, há um problema de técnica legislativa na proposta do relator. "Não pode mudar no Orçamento uma regra da Constituição.

Mas essa discussão de mudança da regra fiscal vai esquentar.

Será inexorável", disse.

"Como surgiu essa semana aumentar a especulação

de aumentar o Auxílio Brasil de R\$ 400 para R\$ 600, isso pode ser uma tentativa de afrouxar um pouco mais o teto para encaixar um benefício maior", disse.

Para o diretor executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), o relator quer reverter as vinculações feitas pelo s senado na PEC dos Precatórios para que o governo e o Congresso tenham mais liberdade para usar a folga de mais de R\$ 100 bilhões que foi criada com o adiamento no pagamento das dívidas reconhecidas pela Justiça e também a mudança na correção do teto. "A ação do relator revela a preferência por deixar o caminho totalmente livre para gastos, os mais diversos, que nada terão a ver com o Auxílio Brasil", disse Salto.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>